

## Impasse sobre emendas no Congresso após decisão de Dino trava análise do pacote de corte de gastos

### Tensão entre poderes

**Ministro rejeitou recurso do governo. Presidentes da Câmara e do Senado pediram gesto a Lula, que acenou com portarias para encaminhar pagamentos**

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de rejeitar o recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) que pedia a reconsideração de parte das restrições impostas ao pagamento de emendas parlamentares, aumentou o risco de a votação do pacote de corte de gastos na Câmara não sair este ano.

O governo recorreu devido à insatisfação de deputados e senadores com as restrições. Um dos trechos questionados pela AGU, e mantido ontem por Dino, foi o que limita o crescimento do valor das emendas. Ele impede que esses repasses cresçam mais do que as despesas discricionárias do Executivo, ou do que o limite de crescimento do arcabouço fiscal, ou do que a variação da receita corrente líquida (RCL), o que for menor.



ROSENELI COUTINHO/STF

**Magistrado causou insatisfação**

A AGU argumentou que o projeto de lei aprovado pelo Legislativo no mês passado já limita o crescimento das emendas impositivas ao arcabouço fiscal e que a decisão de Dino impôs novas regras.

Outro ponto questionado é o que determina a identificação do parlamentar solicitante das emendas de bancada e comissão. Hoje, esses repasses são apresentados como de responsabilidade do colegiado.

Dino afirmou que o STF não "inovou" em relação ao projeto do Legislativo. "O que fez este Supremo Tribunal foi explicitar um dever constitucional e legal relacionado ao devido processo orçamentário", escreveu.

Ontem, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), afirmou ao jornal O Globo que o clima no Congresso está "azedo".

– Se eu fosse líder do governo não votava (o pacote). Se votar, não passa – disse.

### Reunião no Planalto

Também ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu no Palácio do Planalto com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediu esforço para que o pacote seja votado ainda este ano. Lula ouviu, no entanto, que é preciso um gesto do governo aos parlamentares.

### AGU questionou limite de valor e identificação de autores de repasses

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o presidente acenou com duas portarias, uma da AGU e outra dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Relações Institucionais, que destravariam cerca de R\$ 6,4 bilhões em emendas de comissão e transferências especiais (emendas Pix). —

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS